

VII. CONCLUSÕES

As conclusões resultantes deste estudo podem ser tecidas em várias vertentes. Em primeiro lugar, os resultados da pesquisa fornecem matéria que permite concluir que a equipe obteve respostas possíveis quanto às hipóteses iniciais. O relatório apresenta formas práticas através das quais as TICs poderão contribuir para o desenvolvimento local; propõe diferentes modelos adequados à cada local, procurando resolver a questão de sustentabilidade; e o acolhimento do projecto, quer durante as visitas preliminares quer através do inquérito, tende a confirmar, que ao nível dos distritos, há uma disponibilidade de usar e pagar os serviços.

As respostas do inquérito merecem uma análise crítica, por um lado porque, para o contexto sócio-económico anteriormente descrito, a disponibilidade de pagar não implica necessariamente a capacidade de pagar, e por outro lado porque ficou claro que os inquiridos tiveram dificuldades em dar a sua opinião sobre serviços que nunca tinham visto, como é o caso do correio electrónico (e-mail). De forma encorajadora pela sua validade, os resultados do inquérito possuem uma lógica própria, pois, mostram o interesse da população pelo uso de serviços que conhecem e necessitam, tais como o processamento de textos e a contabilidade, mas também indicam que a aprendizagem de computador é uma grande prioridade o que sugere que será possível criar grupos de utilizadores dos telecentros. A indicação de informação sobre a agricultura como prioridade no distrito de Chókwè e de serviços de telefone de cabine pública em Sussundenga, reflecte realidades locais.

Os dados sobre os rendimentos e as despesas podem ser menos fiáveis porque geralmente as pessoas não fornecem informações reais sobre estes aspectos, muito em particular se entrevistadas por pessoas locais. Mais do que as diferenças, as semelhanças no comportamento das duas variáveis têm mais relevância, e pode dizer-se que a argumentação geral à volta da sustentabilidade não está posta em causa.

Em segundo lugar, em resposta aos objectivos específicos expostos na introdução, o relatório fornece uma gama de informações práticas orientadas para implementação do projecto. Pois, discute questões ligadas às infraestruturas, aos conteúdos, aos grupos alvo e à sustentabilidade, e propõe possíveis soluções.

Em terceiro lugar, toma-se em consideração, e de forma detalhada, o contexto sócio-económico ao nível nacional, provincial e distrital. Os dados vincam de forma objectiva o estado da pobreza em Moçambique. Mostram também o muito que se tem que fazer na área do desenvolvimento e quão importante é trabalhar ao nível distrital com o fim de afectar a vida da maioria camponesa. As actividades ou intervenções relativamente de pequena escala podem ter impactos locais consideráveis a longo prazo em locais onde o ponto de partida é muito baixo.

Um tema importante, ao longo do relatório, é o estatuto das mulheres e o seu papel na sociedade. Dada a proporção de mulheres no grupo absolutamente pobre, e ainda como chefes de agregados familiares, pode-se argumentar que qualquer iniciativa para o combate à pobreza beneficiar-lhes-à automaticamente. Enquanto isso é verdade teoricamente, na prática será necessário adoptar estratégias de discriminação positiva, para os telecentros, para contornar a tradição de relegar as mulheres para papéis secundários, particularmente no que diz respeito ao uso de tecnologias ou de equipamento moderno. As duas principais estratégias propostas no relatório estão por um lado orientadas para o sector da educação e para os estudantes, em que as raparigas poderão ser encorajadas para o uso de computadores em condições iguais às dos rapazes e as professoras poderão assumir o papel positivo de modelos; e por outro trabalhando com associações de mulheres.

A estratégia de implementação sugerida baseia-se na adaptação da experiência existente e dos pontos de participação em debates teóricos às realidades encontradas no terreno. A proposta de transferir a propriedade do telecentro do CIUEM para as associações directamente enraizadas em zonas onde os telecentros estarão instalados, e a identificação de instituições parceiras, constitui parte do processo corrente de experimentação e aprendizagem que é válido não só para a UEM, mas também para as comunidades beneficiárias.

A este respeito, importa enfatizar, mais uma vez, um outro tema do relatório: que os telecentros são meios de desenvolvimento e como tal levam tempo para produzir frutos e devem ser planificados e ter um financiamento com uma perspectiva a longo prazo. A questão que se coloca hoje para Moçambique e outros países em desenvolvimento não é se se pode ou não começar a introdução de TICs em larga escala, mas sim, como fazê-lo – a área de escolha reside nas estratégias e nos métodos, pois a decisão de que é demasiado difícil não é uma opção. Daí a importância da nova Política Nacional de Informática em Moçambique; o relatório considera de extrema urgência a implementação das suas principais recomendações no tocante ao acesso universal, sem a qual a viabilidade dos telecentros terá sérios constrangimentos.

Por fim, a validade das hipóteses do estudo e as conclusões apenas podem ser testadas através da implementação das propostas e da sua avaliação ao longo do tempo. O resultado imediato mais importante da pesquisa será, por isso, as propostas de projectos, e a médio prazo o seu uso como ponto de referência para o teste dos resultados.